



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

05/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

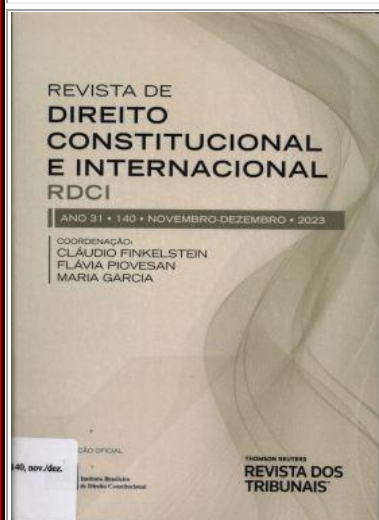
Iris Helena

SUMÁRIO

I- LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Ministério da Previdência Social
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO



Revista de Direito Constitucional e Internacional



Revista Fórum de Direito Tributário



Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
05/2024

PÁGINA Nº
2 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 11.933, de 28 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a responsabilidade pela gestão financeira dos recursos da União decorrentes dos acordos de individualização da produção de que trata o art. 36 da [Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010](#), no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

DOU - Seção 1, p. 2, 28/02/2024

[Decreto n. 11.935, de 28 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a exclusão do serviço público de Loteria Instantânea Exclusiva - LOTEX e do serviço público de loteria denominado apostas de quota fixa do Programa Nacional de Desestatização e sobre a revogação da qualificação das apostas de quota fixa no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República.

DOU - Seção 1, p. 3, 29/02/2024

[Decreto n. 11.936, de 5 de março de 2024](#)

Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

DOU - Seção 1, p. 1, 06/03/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
05/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Decreto n. 11.937, de 5 de março de 2024](#)

Regulamenta o Programa Cozinha Solidária.

DOU - Seção 1, p. 1-3, 06/03/2024

[Decreto n. 11.946, de 12 de março de 2024](#)

Institui o Programa Nacional de Processo Eletrônico.

DOU - Seção 1, p. 9, 13/03/2024

[Decreto n. 11.948, de 12 de março de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016](#), que regulamenta a [Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014](#), para dispor sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.

DOU - Seção 1, p. 9-12, 13/03/2024

Ministério da Previdência Social

[Portaria n. 746, de 13 de março de 2024](#)

Estabelece, para o mês de março de 2024, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

DOU - Seção 1, p. 114, 15/03/2024

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Portaria n. 83, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Altera [Portaria CNJ nº 47/2024](#), que regulamenta a produção e liberação de versões dos sistemas legados integrados à Plataforma Digital do Poder Judiciário.

eDJ-CNJ n. 39, de 04/03/2024, p. 2-3



ALERTA SEBIB

NÚMERO
05/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Portaria n. 80, de 26 de fevereiro de 2024](#)

Autoriza a realização de auditoria no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e da Seção Judiciária de Rondônia - área administrativa.

DOU - Seção 2, p. 73, 28/02/2024

[Resolução n. 845, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Altera a [Resolução CJF n. 51, de 31 de março de 2009](#), que dispõe sobre a convocação de Juízes Federais para o exercício da jurisdição no segundo grau ou para auxílio aos seus serviços.

DOU - Seção 1, p. 143, 01/03/2024

[Resolução n. 865, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a alteração da [Resolução CJF n. 67, de 3 de julho de 2009](#), que dispõe sobre normas para a realização de concurso público para investidura no cargo de juiz federal substituto, no âmbito da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 143, 01/03/2024

[Resolução n. 869, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados na [Lei n. 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#).

DOU - Seção 1, p. 144, 01/03/2024

[Resolução n. 870, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Dispõe sobre a alteração da [Resolução CJF n. 50, de 16 de março de 2009](#), que regulamenta a requisição de magistrados e servidores para a Corregedoria-Geral da Justiça Federal.

DOU - Seção 1, p. 144, 01/03/2024

[Resolução n. 871, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao artigo 16 e o art. 46-A à [Resolução CJF n. 305, de 7 de outubro de 2014](#), que dispõe sobre o cadastro e a nomeação de profissionais e o pagamento de honorários a advogados dativos, curadores, peritos, tradutores e intérpretes, em casos de assistência judiciária gratuita, no âmbito da Justiça Federal e da jurisdição federal delegada e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 144, 01/03/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
05/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 872, de 27 de fevereiro de 2024](#)

Altera a redação do art. 36 da [Resolução CJF n. 822, de 20 de março de 2023](#), que dispõe sobre a regulamentação, no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus, dos procedimentos relativos à expedição de ofícios requisitórios, ao cumprimento da ordem cronológica dos pagamentos, às compensações, ao saque e ao levantamento dos depósitos.

DOU - Seção 1, p. 144, 01/03/2024

Corregedoria-Geral da Justiça Federal

[Portaria n. 150, de 11 de março de 2024](#)

Instaura inspeção no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no período de 8 a 12 de abril de 2024, que abrangerá a Presidência, a Vice-Presidência, a Corregedoria Regional, bem como os gabinetes dos desembargadores federais e as seguintes unidades: Coordenação Regional dos Juizados Especiais Federais, Escola de Magistratura Federal da 1ª Região, Coordenação do Sistema de Conciliação da 1ª Região, Divisão de Processamento dos Feitos da Vice-Presidência, Coordenadoria de Validação de Registros, Verificação de Regularidade e Informações Processuais, Coordenadoria da Corte Especial e das Seções e de Feitos da Presidência, Coordenadorias dos Órgãos Julgadores das 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Seções, Coordenadoria de Execução Judicial, Gabinete Executivo de Apoio ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas, Coordenadoria de Inteligência e Segurança Institucional, Assessoria de Assuntos da Magistratura, Estatística e Sistemas Judiciais Eletrônicos.

DOU - Seção 2, p. 59, 12/03/2024

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n.96, de 29 de fevereiro de 2024](#)

Aprova o Plano Anual de Capacitação do Tribunal Regional Federal da 1ª Região para o ano de 2024 - PAC 2024 e determina providências relativas às ações de capacitação.

BDTRF1, 29 de fevereiro de 2024

[Resolução n. 7, de 06 de março de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 49, de 15 de dezembro de 2015](#), que regulamenta a concessão de estágio a estudantes de cursos de pós-graduação no âmbito da Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região

BDTRF1, 07 de março de 2024

[Resolução n. 8, de 06 de março de 2024](#)

Altera a [Resolução 44, de 14 de outubro de 2016](#), que institui no Tribunal Regional Federal da 1ª Região o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

BDTRF1, 07 de março de 2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
05/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Resolução n. 9, de 06 de março de 2024](#)

Dispõe sobre a observância da ordem cronológica de pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, prestação de serviços e realização de obras, no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.
BDTRF1, 07 de março de 2024

[Resolução n. 11, de 06 de março de 2024](#)

Dispõe sobre a revogação de normativos internos editados em virtude da pandemia de Covid-19, em face do fim do estado de emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – Espin.
BDTRF1, 07 de março de 2024

[Edital de Remoção ASMAG JF n. 001 de 05 de março de 2024](#)

Comunica aos juízes federais integrantes da 1ª e da 6ª Regiões que se encontram vagos cinco cargos para provimento, mediante remoção.
BDTRF1, 07 de março de 2024

[Ato n. 190, de 08 de março de 2024](#)

Altera a área de atividade/especialidade do cargo vago de Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Informática, do Quadro de Pessoal da Sede da Seção Judiciária de Goiás, para Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Especialidade Tecnologia da Informação.
BDTRF1, 11 de março de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
05/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA DE DIREITO CONSTITUCIONAL E INTERNACIONAL Nº 140 – NOV.-DEZ./2023

DIREITO CONSTITUCIONAL

A problemática da prestação de serviços públicos estatais e como o desenvolvimento de tecnologias digitais pode auxiliar

The problem of providing state public services and how the development of digital technologies can help

RENATO EVANGELISTA ROMÃO 11

45 anos da Lei de Anistia e o STF: entre a memória, o esquecimento e o silêncio do plenário e a possibilidade de redenção da Suprema Corte à luz da ADPF 320

45 years of the Amnesty Law and the Brazilian Supreme Court: between memory, oblivion and the silence of the plenary and the possibility of redemption of the Supreme Court in the light of ADPF 320

LOURI BRUNO BARBIERO 31

A súmula vinculante e como torná-la arbitrária

The binding sentence and how to make it arbitrary

SILVANA DI NAPOLI e MANOEL FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR 61

DIREITOS HUMANOS

A relativização de direitos individuais em tempos de pandemia e os riscos para a democracia

The relaxation of individual rights in pandemic times and the risks for the democracy

EMERSON PENHA MALHEIRO, JORGE SHIGUEMITSU FUJITA e LUÍS FILIPE FERNANDES FERREIRA 73

A mulher como sujeito de suas escolhas nos espaços públicos e privados: uma análise retórica e jurídica

The woman as the subject of her choices in public and private spaces: a rhetorical and legal analysis

VIVIANE TELES DE MAGALHÃES ARAÚJO, LETÍCIA MACHEL LOVO, MARÍLIA RULLI STEFANINI e SÍLVIA LEIKO NOMIZO 101



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
05/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

A resiliência do STF no exercício de sua função contramajoritária: a luta pela garantia de direitos fundamentais em tempos de subversão democrática

The resilience of the STF in the exercise of its counter-majoritarian function: the struggle to ensure fundamental rights in times of subversion of democracy

EDUARDA PEIXOTO DA CUNHA FRANÇA, MATHEUS CASIMIRO e TOMÁS ARAÚJO PEDROSA... 125

BIODIREITO

Inseminação artificial homóloga *post mortem* e o direito sucessório do filho póstumo

Homologous post-mortem artificial insemination and the inheritance rights of posthumous children

NARA DE OLIVEIRA SILVA, ANDRÉ DE CARVALHO OKANO e IVELISE FONSECA DE MATTEU... 149

DIREITO CONSTITUCIONAL INTERNACIONAL

Corrupção, simulação e fraude à lei: ilícitudes sob o juízo arbitral estrangeiro

Corruption, sham transaction and fraud against the law: unlawfulness under the jurisdiction of international arbitration

BRUNO HELLMEISTER LICO CANAL 173

ARTIGOS HISTÓRICOS

A ação popular e a Constituição de 1988

JOSÉ LUIZ GAVIÃO DE ALMEIDA..... 215

A Constituição de 1988 e sua interpretação

CARLOS ALBERTO BITTAR..... 221



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
05/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA FÓRUM DE DIREITO TRIBUTÁRIO Nº 126 – NOV.-DEZ./2023

DOCTRINA

ARTIGOS

Compensação tributária. Dívida Ativa da União. Utilização no sistema brasileiro tributário e financeiro. Princípios da eficiência e da arrecadação. Encontro de contas entre débitos e créditos. Possibilidade de amortização	
Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Vidal Gandra da Silva Martins, Roberta de Amorim Dutra	9
Conclusões	31
Referências	32
A sociedade em conta de participação perante o direito tributário	
Ricardo Mariz de Oliveira	35
1 Panorama em torno da sociedade em conta de participação.....	35
2 Advertências e cuidados em torno do emprego e da atuação da sociedade em conta de participação	39
3 Algumas indagações específicas	44
4 Conclusão	54
Referências	55
Perspectivas da tributação ambiental no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU	
Paulo Roberto Coimbra Silva	57
1 Introdução	57
2 Bases internacionais e supranacionais	58
3 O tributo como instrumento de políticas públicas.....	59
4 A tributação a serviço da proteção ambiental	63
5 Alguns breves exemplos na legislação tributária de alguns países latino-americanos.....	64
6 Conclusões	67
6 Referências	67
Regime jurídico do capital estrangeiro no Brasil: histórico, aspectos constitucionais e tributários	
Rodrigo Jacobina Botelho	69
O histórico brasileiro e a construção do conceito de capital estrangeiro.....	69
Regime constitucional-tributário.....	79
Conclusão	86
Referências	86
O fato gerador das obrigações tributárias	
Julio Homem de Siqueira, Daury Cesar Fabríz	89
1 Introdução.....	89
2 A regra-matriz de incidência tributária	90



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

05/2024

PÁGINA Nº

10 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

3	A hipótese de incidência e o fato gerador.....	92
4	Os fatos geradores de obrigações tributárias	95
5	Considerações finais.....	100
	Referências	101

A relativização da coisa julgada em matéria tributária

**Maria Eduarda Ferraz de Oliveira, Maria Luísa Carvalho Vieira Carneiro de Almeida,
Wagner Britto Vaz de Oliveira.....**

103

1	Introdução.....	103
2	Relativização da coisa julgada em matéria tributária	103
3	Conclusão	116
	Referências	116

A interligação entre o direito contábil e o direito tributário: uma análise dos fundamentos jurídicos e influências mútuas

Antonio Lopo Martinez

119

1	Introdução.....	119
2	Direito contábil e contabilidade	120
2.1	Valor jurídico da contabilidade.....	121
2.2	Fontes do direito contábil	123
1.2.1	Princípios gerais do direito contábil	124
1.2.2	Princípios contábeis geralmente aceitos	128
3	Direito contábil e direito tributário.....	129
3.1	A influência recíproca da contabilidade e da tributação.....	130
3.2	Contabilidade e estimativa da base tributária	132
3.3	Vinculação formal da base tributária da empresa à contabilidade.....	133
4	Conclusões	135
	Referências	136

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços x Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza: a tributação sobre as plataformas de *streaming*

Pedro Menezes Trindade Barreto, Tawane Marques Silva

139

1	Introdução.....	140
2	Contexto histórico do surgimento do direito tributário.....	141
3	O impacto da globalização e o surgimento dos serviços de <i>streaming</i>	142
4	Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) x Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).....	146
5	IVA seria a solução para o conflito de competência entre estados e municípios decorrente do surgimento dos serviços de <i>streaming</i> ?	149
6	Eptendimento jurisprudencial sobre serviços <i>streaming</i>	150
7	Considerações finais.....	152
	Referências	153

A necessária reflexão a respeito do Projeto de Lei nº 511/2020 do estado de São Paulo – o Imposto de Transmissão de Causa Morte e doação como instrumento de redução de desigualdade social

Thiago Fagundes do Amaral, Rafael Alem Mello Ferreira

157

1	Introdução.....	158
2	O sistema tributário brasileiro e a riqueza no país	158
3	Projeto de Lei nº 511, de 2020, do estado de São Paulo	163



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
05/2024

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

4	O bem comum como fundamento para uma tributação equânime	166
	Considerações finais	168
	Referências	170

A dedutibilidade de despesas decorrentes do cumprimento de obrigações assumidas no âmbito de termos de ajustamento de conduta (TAC)

Paulo Coviello Filho	173	
1	Introdução	173
2	Natureza jurídica do compromisso de ajustamento de conduta	174
3	Dedutibilidade de despesas decorrentes das obrigações contraídas em compromisso de ajustamento de conduta	178
3.1	Fundamentos teóricos	178
3.2	As despesas decorrentes de obrigações assumidas no âmbito de compromisso de ajustamento de conduta	180
3.3	A dedutibilidade de despesas decorrentes de multas e/ou atos ilícitos	182
4	O posicionamento do Fisco	186
5	A jurisprudência	189
5.1	A jurisprudência administrativa	189
5.2	A jurisprudência judicial	194
6	Conclusões	194
	Referências	196



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
05/2024

PÁGINA Nº
12 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº 415 – JAN./2023

Assunto Especial

A CONCESSÃO DA PENSÃO POR MORTE

DOUTRINA

1. Direito da ex-Companheira
Wladimir Novaes Martinez 9

ESTUDO DIRIGIDO

1. União Estável Como Requisito para Concessão de Benefício Previdenciário
Pensão por Morte
Julia Gomes de Sant'Ana 23

Parte Geral

DOUTRINAS

1. Relação Jurídica entre Motorista de Aplicativo e Plataforma de Transporte
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 36
2. A Síndrome de *Burnout* Como Manifestação do Esgotamento do Meio
Ambiente Laboral
Silmara Nunes Pereira e Tauã Lima Verdán Rangel 41
3. A Teoria da Subordinação Estrutural Como Meio para Ampliar a Proteção
Jurídica do Direito do Trabalho
Isabel Perini Silva 64

Seção Especial

EM POUCAS PALAVRAS

1. Sobre a Utilização da Geolocalização nas Relações de Trabalho
Alonso Santos Alvares e Ivana Barros..... 228